



Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e João Techy Filho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walnor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO GP N° 223/96

Curitiba, 20.05.96

Senhor Presidente.

Com o presente, comunico que no período de 20 a 31 do corrente mês, assumirei o Governo do Estado, tendo em vista viagem do Excelentíssimo Senhor Governador aos Estados Unidos da América e à França, motivo pelo qual passo a Vossa Excelência o exercício desta Presidência.

Na oportunidade, renovo os protestos

de consideração e apreço.

(a) ANIBAL KHURY

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência, de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, para o Projeto de Lei n° 214/95, que acrescenta na redação do art. 2º, da LC n° 59/91, modificada pela LC n° 67/93, as áreas de várzea.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Wanda Kuss Salata.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A senhora Wanda Kuss Salata nasceu em Curitiba-PR, em 21 de setembro de 1930. Filha de Antonio e Julia Kuss, casada com o Vereador Segismundo Salata, com o qual tiveram dois filhos: José Antonio e Joseli Salata.

Pessoa por demais conhecida e querida por toda a comunidade são-joseense, marcou a sua existência com muito trabalho e amizades, principalmente como serventia da Justiça, desde 1965, onde prestou serviços no Distrito de Colônia Murici durante 14 anos, como Tabeliã e Oficial de Registro Civil.

Em 1976 veio transferida para a sede do Município, onde serviu como Tabeliã do 2º Ofício de Notas de São José dos Pinhais, até sua aposentadoria. Companheira inseparável do ilustre Vereador Segismundo Salata, mãe e avó extremosa, dona Wanda Kuss Salata deixa, com o seu desapareci-

mento, uma grande lacuna no seio desta comunidade.

Festa-nos, portanto, guardar em nossa memória, os seus bons exemplos de vida e prestar-lhe esta honrosa homenagem em nome do povo paranaense, especialmente a Comarca de São José dos Pinhais.

REQUERIMENTO N° 053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER voto de congratulações a diretoria e funcionários da EMATER, pelos 40 anos de existência, conforme disposto no art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações pela passagem da "Semana da Indústria", alusivos às solenidades de comemoração a realizar-se no próximo dia 24 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da FIEP, senhor José Carlos Gomes de Carvalho, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Cândido de Abreu, 200, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis - SECOVI-PR, alusivos ao lançamento do Projeto "Talento Imobiliário", ocorrido no dia 17 próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato, senhor Edmar de Souza Arruda, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pe. Anchieta, 165, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de

hoje, voto de congratulações pela passagem da "Data Nacional Argentina", alusivos às solenidades de comemoração a realizar-se no próximo dia 24 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Cônsul da República Argentina, Senhor Jaime Hernando Beserman, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Benjamim Constant n° 67 - 15° andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais de sessão de hoje, voto de congratulações a Associação Paranaense das Secretarias Municipais da Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente - APASEMA, alusivos ao 1° Seminário promovido pela referida Associação, a realizar-se nos dias 23 e 24 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da APASEMA, Senhor Antonio Ricardo Milgioransa, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 105 - CEP: 83414-000, Colombo - PR.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 078

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal João e Maria Kuchanovicz que completou 50 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Ouro. Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz.

A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 085

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a EMATER pelos seus 40 anos de existência.

A EMATER é a instituição responsável pelo serviço público de assistência técnica e extensão rural no Paraná. A empresa desenvolve 77 projetos, todos eles seguindo a filosofia do "produzir sem destruir". Através da parceria com prefeituras, cooperativas e empresas de assistência técnica que nasce um dos maiores trabalhos de preservação e recuperação do solo de toda a América Latina: o Programa de Manejo Integrado de Solos em Microbacias Hidrográficas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a EMATER, em nome do Diretor Presidente, Rogério S. Faucz e demais funcionários, sito a Rua da Bandeira, 171, Cabral, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 086

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de congratulações a Rede Feminina de Combate ao Câncer, Regional de Ponta Grossa, pela comemoração de seu 40° aniversário de fundação.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer vem ao longo de 40 anos demonstrando seu espírito de solidariedade, auxiliando os enfermos e fazendo programas de prevenção.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a entidade, em nome da Presidente, Senhora Vanil Quadros Fadel, bem como aos demais funcionários e colaboradores, sito a Rua Theodoro Rosas, 1001, conjunto 011.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o apoio dos demais integrantes desta Casa de Leis no sentido de evitar o fechamento da Agência do Banco do Brasil S/A da Cidade de Vitorino, neste Estado.

Requer ainda que, do teor do presente, seja dada ciência à Superintendência Regional do Paraná do Banco do Brasil S/A.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que o Banco do Brasil é um braço do Governo Federal, que estimula e incentiva a atividade ligada à produção agrícola e pecuária. Do nosso ponto de vista, o estabelecimento não pode nem deve ser encarado única e tão-somente como uma fonte de lucro, mas sim como um importante instrumento de apoio aos programas agrope-

cuários do Governo. A atividade rural necessita de crédito para a sua subsistência e nesse contexto, que não é desconhecido das nossas autoridades, o Banco do Brasil detém condição de alavanca do progresso e do desenvolvimento da atividade agro-pastoril.

Vitorino, a exemplo da maioria das localidades do Sudoeste do Estado, é um município com vocação essencialmente agrícola, constituído basicamente por minifúndios e pequenos empresários rurais. Assim, é de fundamental importância a presença do Banco do Brasil na localidade, fomentando a agricultura, gerando riquezas, fazendo circular mercadorias e, principalmente, colaborando na fixação do homem no campo. Evita-se, dessa forma, o crescente êxodo rural, que tantos problemas de ordem social e econômica vêm causando às cidades.

REQUERIMENTO N° 070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, seja oficiado ao Procurador Geral de Justiça - Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando providências em relação às notícias sobre "a morte de pessoas pobres" por falta de leitos e vagas na UTI em Maringá, inclusive designando Promotor especial para o caso, conforme justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Com frequência os jornais de Maringá noticiam a falta de leitos e vagas em UTI nos hospitais de Maringá, especialmente o Hospital Universitário.

Ainda recentemente o "Jornal Diário do Norte", na coluna "Dia a Dia", escrita por Edson Lima (16/05/96 - pág. 4) noticiou:

"Morte: A falta de leitos em UTIs de Maringá chegou ao cúmulo. E ninguém faz nada. Ontem, um homem de 58 anos morreu após ficar dois dias no Hospital Universitário (HU) aguardando vaga em UTI. Foi transferido para um hospital mas não resistiu.

Socorro: Alguém tem que tomar providências. Isto não pode continuar. Mais gente vai morrer. E todos são pobres (deve ser por isso mesmo que as autoridades e políticos nada fazem para resolver o problema)."

É comum a troca de acusações. De um lado, os administradores do SUS acusando prestadores de serviço de sonegarem vagas destinadas ao sistema. De outro lado, os prestadores de serviços alegando estar com superlotação.

Apesar dos problemas inerentes ao Sis-

tema Único de Saúde, a suspeita de "sonegação das vagas" destinadas às pessoas carentes, constitui justa causa para instauração de procedimento específico (Inquérito Civil ou Policial), inclusive verificação no local com o objetivo de apurar o que efetivamente ocorre, cabendo, evidentemente, ao Ministério Público a iniciativa, o acompanhamento e controle do respectivo procedimento, com posterior informação a esta Casa para as providências que couberem ao Legislativo.

REQUERIMENTO N° 082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Ilmo. Sr. João Alberto Sautchuk, MD. Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal, solicitando informações sobre o andamento do processo licitatório que tem por objeto a elaboração de Projeto referente à duplicação da BR-277, no trecho ligando Cascavel a Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

REQUERIMENTO N° 049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Ilkhu, do Município de São João, neste Estado.

Requer, ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família Ilkhu.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Miguel Ilkhu encabeça de pesar seus familiares, amigos e todos quantos com ele tiveram oportunidade de conviver. Pioneiro, desbravador e comerciante foi um dos primeiros moradores de São João, quando a localidade era ainda Distrito de Chopinzinho. Como morador do então Distrito, foi eleito vereador em Chopinzinho, constituindo-se desta forma, no primeiro vereador do futuro Município de São João. Contribuiu de maneira decisiva e grandiosa para a construção e desenvolvimento de São João.

Pessoa de bom caráter, boa índole, chegou ao Distrito de São João quando tudo ainda estava nos seus primórdios. Ali chegou em companhia de outros descendentes de alemães, com o sonho de lá fincar as raízes numa nova terra.

Trata-se de uma perda lamentável do velho e bom pioneiro, a quem São João muito deve pela visão do futuro, pela crença, pelo espírito comunitário, enfim, pelo en-

tusiasmo com que enfrentou desafios. E eu, como Deputado Estadual nascido em São João, sou testemunha do extraordinário prestígio que o finado Miguel Ilkhu e sua família possuem. Inclusive, para todos nós é motivo de orgulho e satisfação sua foto estampada na Câmara Municipal de Chopinzinho.

Por intermédio deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Ilkhu, endereçando a ela votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO N° 050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Superintendência Regional do Paraná, solicitando esclarecimentos sobre quais e por que algumas Agências da Caixa Econômica Federal instaladas no Sudoeste do Paraná passaram a ser subordinadas à Agência de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Causou-nos profunda estranheza a notícia dando conta de que determinadas Agências da Caixa Econômica Federal instaladas em cidades do Sudoeste do Paraná passaram a ser subordinadas à Agência do estabelecimento na Cidade de Chapecó, Santa Catarina.

Escapa-nos ao entendimento fato dessa natureza. Não conseguimos adivinhar quais motivos teriam determinado tamanha violência contra os padrões sócio-cultural-econômicos do Paraná. Estamos frente a um consumado despropósito da Caixa Econômica Federal, que desrespeita e agride uma vinculação histórica, determinando que o Sudoeste se desintegre do restante do Paraná, vinculando-o ao vizinho Estado.

Ademais, tanto quanto se sabe, o nosso Sudoeste geograficamente ainda está localizado no Paraná e ao Paraná pertence.

REQUERIMENTO N° 052

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando que mais 5 (cinco) Investigadores e 2 (dois) Escrivas sejam destacados para compor a equipe efetiva da Polícia Civil destacada na 5ª Sub-Divisão Policial de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

De uns tempos para cá, a 5.^a Subdivisão Policial de Pato Branco vem se ressentindo da falta de mais pessoal para fazer frente à crescente necessidade de serviço. A escassez de elementos especializados na unidade e o acúmulo de serviço, vêm dificultando sobremaneira a que a Polícia Civil possa desenvolver seu trabalho à altura do que reclama e precisa a população, que começa a se sentir desprotegida pela ausência de um serviço condizente na sensível área de segurança pública.

Das costumeiras viagens que faço à região, trago o testemunho do grande trabalho de conscientização da imprensa de Pato Branco, procurando sensibilizar as autoridades maiores da Secretaria de Estado da Segurança Pública de que o atendimento ao pleito de reforçar a equipe lotada na 5.^a SDP é de absoluta necessidade.

Não obstante o esforço e o trabalho desenvolvido atualmente pelo Delegado-Chefe Pedro Colago e sua valorosa equipe, é público e notório as dificuldades operacionais da Polícia Civil no sentido de dar respostas rápidas e eficientes aos sentimentos, anseios e necessidades da população.

Assim sendo, não nos resta alternativa senão nos irmarmos no clamor geral, apelando, através desta Casa de Leis, para que o governo do Estado reforce, de pronto, o efetivo a serviço da 5.^a Subdivisão Policial de Pato Branco.

REQUERIMENTO N° 054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deni Linneu Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para melhorar a sinalização no trecho da Rodovia PR-323, que dá acesso aos moradores do Conjunto Habitacional 29 de Dezembro de Perobal, no Município de Umuarama, objetivando a instalação de quebra-molas; placa de travessia de pedestres e acostamento.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Wilson Ferraz (Câmara Municipal, Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080); ao Sr. José Francisco Bezerra e Sra. Neide Souza Barbosa, Presidente e Relações Públicas da AMOCHP, respectivamente, (Rua Projetada B n° 01 - CEP: 87.517-000).

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Associação dos Mora-

dores da COHAPAR de Perobal, que preocupa da com os riscos de vida que o local oferece, sugere a colocação de dois quebra-molas, sendo um no trevo que dá acesso a Perobal e o outro em frente ao Conjunto 29 de Dezembro.

O trecho em questão é perigoso e tem sido responsável pela insegurança dos moradores daquele conjunto habitacional, uma vez que os mesmos necessitam atravessar a PR-323 para pegar o ônibus.

Tal reivindicação pretende amenizar estas dificuldades, uma vez que a falta de sinalização, um acostamento adequado e o quebra-molas, oferece um risco muito grande de atropelamento pela velocidade que os veículos transitam.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

REQUERIMENTO N° 055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD. Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção de uma quadra esportiva coberta no Colégio Estadual Lourenço Filho - Ensino de 1° e 2° graus, no Distrito de Serra dos Dourados, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama; ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz; Vereador Inácio Pereira Pinto (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080); à Sra. Sibéria Borges da Silva, Diretora do Estabelecimento de Ensino (Rua Brasília, 723, Serra dos Dourados - CEP: 87.503-510 Umuarama).

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tradicional estabelecimento de ensino, o Colégio Estadual Lourenço Filho não possui quadra esportiva coberta. Tal fator muitas vezes inviabiliza a disciplina de educação física, pois as condições meteorológicas nem sempre são favoráveis à prática esportiva, trazendo transtornos aos estudantes que acabam por não desenvolverem suas aptidões físicas.

Neste sentido, para que esta situação não perdure é que solicitamos a liberação de recursos para a pretendida finalidade.

REQUERIMENTO N° 057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja

encaminhado expediente à EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica de Extensão Rural, na pessoa de seu Diretor Presidente, Dr. Rogério Schwansee Faucz, pela passagem de seu 40º aniversário de fundação. A EMATER, tem sido um ponto de apoio dos mais eficazes aos senhores agricultores e pecuaristas.

Estendemos estes cumprimentos a todo o seu corpo administrativo e técnico, que hoje, é um dos mais respeitados do país.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao jornal O PARANÁ de Cascavel, cumprimentando pela passagem de seus 20 Anos de fundação, e, que estes cumprimentos sejam estendidos a todo o seu corpo de redatores, repórteres, fotógrafos, impressores, administração, comercial e em especial à sua Direção.

São vinte anos de luta em defesa da justiça, da ordem, da moralidade e do bem à causa pública. Seguindo uma linha de independência, e com os cuidados e os respeitos que todo o cidadão merece, O PARANÁ tem se destacado como um dos mais eficazes veículos de comunicação deste estado. Daí a razão de pedir a inserção nos anais desta Casa, da data de 15 de maio, que marca o vigésimo aniversário deste conceituado diário do oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO N° 061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente às escolas da Rede Pública da região Oeste do Paraná, via Núcleo Regional de Educação de Cascavel, pelo lançamento da Campanha de Combate ao Uso de Entorpecentes pelos alunos, iniciativa esta que também conta com a participação de algumas escolas particulares. A proposta do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, obteve apoio imediato do Batalhão da Polícia Militar que ajudarão as escolas no trabalho a ser desenvolvido. A orientação será feita pelo Conselho Estadual de Entorpecentes, e portanto, merece a professora Marise Luvison, os nossos cumprimentos pela sua preocupação.

Sala das Sessões, em 21.05.96..

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO N° 071

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sugerindo que se estabeleçam negociações entre o Governo do Estado do Paraná, Federação das Indústrias ao Estado do Paraná, Associação Comercial do Paraná e Órgãos de Defesa do Consumidor (Ministério Público do Paraná - Promotoria da Justiça de Defesa do Consumidor, PROCON, ADOC, Associação dos Mutuários e APADECO) objetivando firmar acordo que vise reduzir o percentual das multas de mora decorrentes do inadimplemento das obrigações no seu termo, e em virtude do Projeto de Lei n° 185/96, de sua autoria, nesse sentido, tramitando nesta Casa de Leis, pois é pública e notória a incompatibilidade das penalidades impostas aos consumidores em geral ou usuários, nas relações de consumo, quando do inadimplemento das obrigações.

Essa incompatibilidade surgiu com a alteração da ordem econômica, desindexação da economia, e queda da inflação do patamar de 40% (quarenta por cento) para até menos de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), e até, em alguns meses, deflação.

Os legisladores e administradores públicos, ao estabelecerem parâmetros de multas, na situação anterior, agiram com equidade de equilíbrio, e os cidadãos aceitaram as penalidades em reclamação, reconhecendo-as como justas. A mudança estrutural da economia tornou, porém, todos esses parâmetros injustos e absurdos.

Antes, com inflação de 40% (quarenta por cento), a multa máxima para consumidores e usuários correspondia a alguma coisa como o rendimento de sete ou oito dias (ou de 20 (vinte) dias para os contribuintes) de uma aplicação em caderneta de poupança. Nas atuais circunstâncias, por um único dia de atraso, a multa atualmente é deferida representando o equivalente ao rendimento de cinco meses em Caderneta de Poupança para os consumidores ou usuários, ou ao absurdo de cerca de três anos de aplicação para o contribuinte que, por qualquer motivo, atrasar um dia a sua obrigação.

Assim, Sr. Presidente, ante a importância do exposto, face a nova ordem econômica vigente, apresenta este requerimento para o qual espera contar com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 073

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Estadual Professor Elysio Vianna, localizada na Av. Senador Salgado Filho nº 1320, os quais solicitam a presença de um policial de trânsito em frente ao estabelecimento de ensino, Essa avenida é muito movimentada e a presença do policial se faz necessária, principalmente na saída das aulas.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, no sentido de atender o pedido da proprietária do lote 13 quadra 12 da Rua Manoel Ribas e que solicita que a máquina passe em frente a sua residência, tendo em vista que há muito mato e por esse motivo a rua está fechada. Dias atrás solicitamos que a máquina passasse na Rua Apucarana e fomos atendidos prontamente, pelo que agradecemos. Este novo pedido é para a Rua Manoel Ribas até a Rua Apucarana. Com o atendimento do presente, muitas outras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 075

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Antonio Rodrigues Dias, antiga Travessa Ponfim - Cachoeira, os quais estão solicitando manilhamento nesta rua. Afirmam eles que há anti-pó, porém as valetas estão abertas em frente a quatro terrenos e eles não têm condições financeiras para adquirir as manilhas. As valetas estão cheias de lixo e animais pequenos mortos, exalando um mau-cheiro insuportável. A proliferação de animais nocivos à saúde vem aumentando a cada dia. O presente pedido está sendo feito pelo Sr. João Coelho de Almeida, morador da casa nº 33 da referida rua, em nome da comunidade.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do proprietário do terreno localizado na Av. Madri nº 477, localizado no bairro rio Verde, o qual solicita abertura de valetas e colocação de manilhas nesse endereço, tendo em vista que ele precisa erguer a casa que ficou abaixo do nível da rua devido a colocação de anti-pó e não tem condições financeiras de comprar as respectivas manilhas. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos com o Sr. Sebastião Lopez pelo telefone 359-2551.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Vila Nova Barigui, mais especificamente na Rua Cid Campelo - CIC, onde freqüentemente ocorrem assaltos aos comerciantes e aos caminhões que fazem a entrega de mercadorias nos pontos comerciais. Dia 01/02 próximo passado, em consequência de um assalto, o dono de um Supermercado foi assassinado. Passados três meses do ocorrido, o marginal ainda não foi capturado e todos os moradores daquela vila encontram-se apreensivos, pois a cada momento podem ser a próxima vítima. Na Vila Nova Barigui muitos jovens fazem uso de drogas, principalmente nas casas de Fliperamas, bares e locais diversos. Pedem os moradores providências urgentes, antes que algum acontecimento mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando móveis, equipamentos e material esportivo, conforme relação anexa, para a Escola Estadual São Sebastião do Maracanã, em Castro, neste Estado.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual São Sebastião do Ma-

racanã, de Castro, está situado no interior do município, possui 102 alunos da 5ª a 8ª séries.

O material constante da relação anexa já foi solicitado anteriormente pela direção da Escola e até a presente data não foi recebido e são imprescindíveis para o bom atendimento dos alunos.

REQUERIMENTO N° 081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes e ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem-DER solicitando providências urgentes para a sinalização, colocação de redutores de velocidade e lombadas na PR-151, nas proximidades do trevo de acesso à cidade de São João do Triunfo, a fim de diminuir os acidentes que ocorrem naquele trecho.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O trecho em questão tem sido palco de grandes acidentes, ceifando inúmeras vidas.

A comunidade daquela região pleiteia a melhoria da sinalização com a colocação de redutores de velocidade e lombadas, conforme abaixo assinado anexado ao presente.

REQUERIMENTO N° 086-B

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila São Domingos, os quais solicitam, o mais breve possível, policiamento ostensivo no local, tendo em vista que a creche lá existente já foi assaltada, sendo roubada toda a alimentação das crianças, além de outros tantos acontecimentos que vêm amedrontando toda a comunidade.

Maiores informações podem ser obtidas com a senhora Zenilde Xavier da Silva, pelo telefone 253-2857 (comercial).

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 079

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito em Ata dos Trabalhos desta Casa, a íntegra de nota oficial expedida pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná,

presidida pelo dinâmico empresário de comunicações, Abdo Aref Kudri e que foi publicada em todos os jornais da Capital, nos dias 5 e 6 de maio passado, em apoio ao jurista René Dotti.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 188/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Orientação Integração e Ofícios, com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) NELVO HERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios, fundada em 14 de outubro de 1992, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Colombo, na Rua 3P, 41, Centro Industrial Mauá, com duração indeterminada, e que se regerá pelo estatuto integralmente aprovado, na data de sua fundação. Declarada de Utilidade Pública Municipal, Lei n° 571/95.

A Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios, exerce suas atividades estatutárias sem nenhuma finalidade econômica, política ou religiosa, pois os recursos advirão dos esforços e contribuições dos seus associados, da comunidade, de empresas privadas, de órgãos dos poderes públicos, de promoções e campanhas específicas.

O escopo da entidade em tela, tem por finalidade prestar assistência às famílias carentes da comunidade, proporcionando-lhes orientação cristã, integração social e oficinas de treinamento, segundo os princípios da caridade.

Pelos benefícios que esta entidade oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

PROJETO DE LEI N° 189/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Quadro Geral dos Servidores Públicos, bem como nos Órgãos e Empresas da Administração Direta e Indireta, os cargos de Secretário(a) Executivo(a) e Secretário(a) Técnico(a).

Art. 2º - Os profissionais que, na data da promulgação desta lei, estiverem exercendo funções típicas do cargo, serão enquadrados na categoria de Secretário(a) Executivo(a) ou Secretário(a) Técnico(a), desde que:

- a) sejam detentores do diploma de nível superior ou de segundo grau na área específica, respectivamente; ou
- b) sejam detentores de diploma de nível superior ou de segundo grau em outra área e que comprovem o exercício efetivo, durante pelo menos 36 (trinta e seis) meses, das atribuições próprias do cargo de Secretário(a) Executivo(a) ou de Técnico(a) em Secretariado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Desde 05 de setembro de 1978, através da Lei nº 6.556, a profissão de Secretário(a) foi reconhecida na órbita das formações profissionais. Naquela oportunidade, através de um grande movimento nacional, os profissionais da área conseguiram, não só a declaração legal, como também avançaram no campo da formação intelectual e profissional. Abriram-se centenas de cursos de formação a nível de segundo grau, mantidos quase todos pelo poder público, e outra dezena de cursos a nível de terceiro grau. No Paraná, as Universidades Estaduais do Oeste, bem como de Ponta Grossa e, mais recentemente, de Maringá e Londrina, têm cursos específicos em nível de graduação e mesmo de especialização em Secretariado Executivo. A par de todo avanço técnico, os profissionais da área conseguiram aprovar a Lei nº 7.377/85 e recentemente a Lei nº 9.261 de 10 de janeiro de 1996. Ora, todo esforço legal e técnico merece ser reconhecido pelo Poder Público na elaboração de seus Quadros e no incentivo à adequada formação intelectual e ética daqueles(as) que se dedicam às funções típicas de Secretariado. Assim, o presente projeto de lei visa adequar no rol dos Cargos, tanto do Quadro Geral e próprio do Poder Executivo, como nas Empresas e Órgãos da Administração Direta e Indireta, o Cargo de Secretário(a) Executivo(a) e de Secretário(a) Técnico(a).

O Paraná, segundo dados preliminares, conta com cerca de 15.000 (quinze mil) profissionais atuando na área. E nos órgãos públicos somam um número ponderável.

Tal projeto de lei visa dar condições de incentivo a um melhor desenvolvimento das atividades do serviço público, através do reconhecimento profissional e mesmo da

adequação da formação profissional e continuada daqueles(as) que se dedicam a tão importantes tarefas e funções.

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta lei.

PROJETO DE LEI Nº 190/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar cinquenta por cento (50%) das multas aplicadas pelo DETRAN, da parcela que couber ao Estado, a creches mantidas por entidades comunitárias.

Art. 2º - O repasse será realizado mensalmente e de acordo com o número de crianças inscritas e atendidas pelas Creches, segundo o Cadastro a ser mantido pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 3º - A Secretaria da Criança e Assuntos da Família publicará mensalmente o valor do repasse das multas efetuadas pelo DETRAN, bem como a quantia destinada a cada creche, identificando o número de crianças atendidas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estabelecer critérios de repartição dos recursos arrecadados pelo DETRAN a título de cobrança de multas a infratores no trânsito.

Do montante dos recursos arrecadados, cinquenta por cento do total dos recursos da cota estadual serão destinados à manutenção das creches mantidas por entidades comunitárias. Certamente, o volume de recursos destinados às creches comunitárias servirá para desenvolver um extraordinário trabalho do Estado em benefício das famílias paranaenses, sobretudo as mais carentes, que necessitam do apoio e da ação governamental.

Do ponto de vista moral, o projeto de lei indica, com toda certeza, uma destinação coerente e dentro dos melhores princípios de justiça.

Caberá à Secretaria da Criança e Assuntos da Família repassar o recurso originado pelas multas e, inclusive, organizar um cadastro próprio e atualizado das creches e das crianças inscritas e assistidas por entidades comunitárias. De outro lado, a repartição dos recursos obedecerá o critério "per capita" e caberá à Secre-

taria da Crianças fazer publicar mensalmente o valor de repasse das multas do DETRAN, bem como a quantia destinada a cada creche, indicando o número de crianças atendidas.

PROJETO DE LEI N° 191/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa, contratar em caráter temporário 30 (trinta) professores, para a instalação do Curso de Direito no Município de União da Vitória, sob a forma de Campus Avançado da UEPG, nas dependências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

§ 1° - As contratações de que trata o caput do art. 1° obedecerá a seguinte ordem:

1° ano de funcionamento 07 professores total 07

2° ano de funcionamento 07 professores total 14

3° ano de funcionamento 06 professores total 20

4° ano de funcionamento 06 professores total 26

5° ano de funcionamento 04 professores total 30

§ 2° - Os professores, que vierem ministrar as aulas, integrarão o Corpo Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

§ 3° - Os encargos financeiros referentes com os deslocamentos (viagens) e estadia dos professores serão da responsabilidade do Município de União da Vitória.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei, estamos tentando realizar antigo sonho da comunidade de União da Vitória que é a criação de um Curso de Direito naquela região. Se faz urgente a aprovação deste projeto, para evitar que os estudantes que terminem o 2° grau e almejem cursar a carreira de bacharel de direito tenham que se deslocar de sua cidade natal.

Existe por parte das duas entidades envolvidas, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, um grande entrosamento para que esse sonho se realize de forma satisfatória.

Assim sendo, esperamos poder contar com o apoio dos nobres Senhores Deputados à nossa proposição, que espelha os

anseios da população do valoroso Município de União da Vitória.

PROJETO DE LEI N° 192/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O atendimento educacional prestado, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, a alunos portadores de deficiências, bem como de altas habilidades e de condutas típicas, deve obedecer ao disciplinamento normativo constante deste projeto.

Parágrafo Único: O atendimento a que se refere este artigo tem por objetivo corrigir ou minorar os efeitos da condição específica de cada aluno, mediante sua adaptação escolar e integração social.

Art. 2° - Para os fins deste projeto consideram-se:

I - **Aluno portador de deficiência:** aquele que, em razão de apresentar deficiência de natureza sensorial, mental, física ou múltipla, necessita, seja no âmbito escolar, seja fora deste, de cuidados especiais para o seu desenvolvimento.

II - **Aluno portador de altas habilidades:** aquele que, em virtude de possuir elevado potencial intelectual ou de liderança, criatividade e precocidade acadêmica ou artística, age ou atua com notável desempenho.

III - **Aluno portador de conduta típica:** aquele que é detentor de características psicológicas, neurológicas ou psiquiátricas capazes de ocasionar atraso em seu desenvolvimento ou dificuldades no seu relacionamento social, a ponto de exigir atenção especial.

§ 1° - A família é participante indispensável na avaliação a ser conduzida por professores e especialistas, com o objetivo de diagnosticar se a condição do aluno avaliado enquadra-se entre as categorias caracterizadas neste artigo e, caso positivo, em que grau.

§ 2° - Os resultados da avaliação são registrados em instrumento próprio, no qual, cientificamente fundamentadas, indicam-se as peculiaridades de cada caso.

Art. 3° - Os alunos de que trata o artigo 2° fica assegurado acesso ao ensino regular ministrado pelas redes de estabelecimentos de ensino públicos e privados que integram o sistema escolar do Estado, bem assim a conseqüente e efetiva participação nas respectivas atividades educativas.

§ 1° - O acesso e participação referidos neste artigo devem ser assegurados de modo a contribuir para a integração sócio-escolar e pleno desenvolvimento pessoal do aluno.

§ 2º - O cumprimento do disposto neste artigo implica, para os estabelecimentos públicos e privados, a promoção, em caráter permanente, de cursos, seminários, reuniões pedagógicas, grupos de estudos e outros, com o objetivo de capacitar seus professores e especialistas.

Art. 4º - O atendimento educacional a alunos portadores de deficiência é planejado e executado de acordo com a natureza da respectiva deficiência apresentada.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, classificam-se os portadores de deficiência em:

I - **Deficiente sensorial**: o que apresenta limitação ou inexistência de qualquer dos sentidos.

II - **Deficiente mental**: o que apresenta comprometimento intelectual.

III - **Deficiente físico**: o que apresenta alteração neurológica, ortopédica, muscular, articular ou outra que se constitua fator de restrição ou incapacidades físicas.

IV - **Deficiente social**: o que apresenta distúrbios de comportamento em relação ao padrão de conduta próprio da sua faixa etária.

V - **Deficiente múltiplo**: o que apresenta, ao mesmo tempo e associados entre si, diferentes tipos de deficiência.

Art. 5º - O atendimento educacional a aluno portador de deficiência, de acordo com a área a que se destine, deve ser oferecido com observância das seguintes prescrições:

I - A aprendizagem acadêmica deve ocorrer em sala de aula do ensino regular, em conjunto com os demais alunos que a este freqüentem.

II - O aluno que, em virtude de dificuldades individuais, não se ajustar ao processo de ensino regular é encaminhado para receber adequado atendimento educacional complementar na própria escola ou, fora desta, em instrução especializada.

III - O encaminhamento previsto no inciso anterior é providenciado:

a) pelo órgão especializado do sistema de ensino do Estado, quando se tratar de aluno pertencente a estabelecimento da rede escolar estadual;

b) pelo órgão especializado do respectivo município, quando se tratar de aluno pertencente a estabelecimento de ensino municipal;

c) pela respectiva direção, quando se tratar de aluno pertencente a estabelecimento da "Escola Especial".

IV - Ao aluno encaminhado para receber atendimento educacional complementar é assegurado o direito de retornar ao ensino regular desde que venha a apresentar posi-

tiva evolução intelectual, social e afetiva.

V - A idade cronológica é considerada elemento preponderante para a escola da sala de aula onde o aluno será escolarizado, bem como para a sua promoção para série mais avançada, observando-se não apenas os tradicionais critérios de promoção por aproveitamento escolar, mas também a sua maturidade física e social, e ainda, as respectivas exigências de vida.

VI - O portador de deficiência, embora integrado ao ensino regular, deve continuar a receber atendimento especial, conforme o caso, por parte de psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta educacional, fisioterapeuta e outros.

VII - O processo de atendimento educacional integrado pressupõe não apenas a presença, mas, sobretudo, a atuação articulada dos diferentes profissionais nele envolvidos, os quais devem:

a) perceber o processo de conhecimento como uma construção contínua, seqüencial, pessoal e intransferível, na qual a mediação é elemento primordial no sentido de que a situação do aluno - como o seu objeto de estudo - represente um verdadeiro ato de descoberta e criação.

b) considerar, a partir da concepção expressa na alínea anterior, que o portador de deficiência é capaz de aprender e, conseqüentemente, de evoluir.

VII - Tratando-se de atendimento na área de deficiência sensorial, deve a escola dispor de uma sala de recursos, onde o aluno, individualmente e em função da sua deficiência, possa receber apoio representado pelo uso de próteses auditivas, treino de escrita em "Braille" e Língua de Sinais e outros materiais ou aparelhos.

Art. 6º - O aluno considerado portador de altas habilidades deve integrar, preferentemente, na escola regular em que se matricule, classe formada por alunos da mesma faixa etária.

Art. 7º - O aluno de que trata o artigo anterior deve receber, sob a orientação da sua escola, atendimento educacional complementar que, sem fixar-se exclusivamente nos principais talentos ou tendências revelados, contribua para o desenvolvimento integral da sua personalidade.

Parágrafo Único - O atendimento complementar previsto neste artigo, a ser oferecido sempre sob a concordância e participativo acompanhamento da família do aluno, pode compreender:

I - Oportunidades de aprofundamento de estudos no próprio ambiente escolar.

II - Realização de estudos ou trabalhos educativos junto a outras instituições, inclusive especializadas, de forma a

valorizar todo o potencial do aluno, satisfazendo-lhe a curiosidade e criatividade.

Art. 8º - O processo de planejamento, execução e avaliação do atendimento educacional de que trata este projeto é conduzido pelos professores e especialistas nele envolvidos, em permanente articulação com a família do aluno.

Art. 9º - A prática de desportos e educação física faz parte da normalidade curricular e, para o seu desenvolvimento, observam-se:

I - As normas de segurança compatíveis com a natureza e o grau da deficiência apresentada.

II - Os resultados da avaliação técnico-científico-interdisciplinar a que é submetido o aluno.

Art. 10 - Aos órgãos centrais - estadual e municipal - responsáveis pela educação especial compete:

I - Zelar pelo cumprimento das presentes normas.

II - Manter atualizado o cadastro dos alunos que recebem educação especial no sistema estadual de ensino.

III - orientar, através da correspondente Equipe Técnica Interdisciplinar, a direção e os corpos docentes e técnico das Escolas regulares e especializadas que desenvolvam educação especial.

Art. 11 - A Secretaria da Educação, na condição de Órgão de coordenação central da política educacional do Estado compete:

I - Estabelecer, articuladamente, com a Secretaria de Educação Especial, diretrizes e prioridades para o desenvolvimento da Educação Especial no Estado.

II - Incentivar a promoção de cursos de habilitação profissional ao nível de 2º grau e superior, para tanto levando em consideração a demanda - potencial e atendida - da educação especial.

III - Desenvolver programas de especialização e aperfeiçoamento de professores mediante convênio ou outra forma de cooperação com instituições especializadas em formar recursos humanos para a área de educação especial.

IV - Assegurar aos estabelecimentos estaduais de ensino os meios e as condições necessárias a que possam prestar o atendimento educacional objeto do presente projeto.

V - Exigir dos estabelecimentos não-pertencentes a rede estadual de ensino sua efetiva participação no atendimento à demanda por educação especial, observadas a legislação pertinente e as presentes normas.

Parágrafo Único - A exigência referida

no inciso V pode ser atendida gradativamente, não se admitindo para tanto, injustificadamente, prazo superior a dois (02) anos, bem como cabe ao Departamento de Educação Especial conveniar apoio técnico e financeiro, em caso de instituição filantrópica.

Art. 12 - Pode ser autorizado o funcionamento da Escola Especializada voltada para o atendimento educacional a portadores de deficiência ou de um determinado tipo de deficiência.

Parágrafo Único - O funcionamento a que se refere este artigo é autorizado pelo Titular da Secretaria de Estado de Educação, para tanto sendo exigido, como condições mínimas, que a entidade interessada possua:

I - Corpo docente qualificado.

II - Equipe Técnica interdisciplinar, compreendendo, conforme a modalidade de atendimento, especialista da área de:

- a) pedagogia
- b) fisioterapia
- c) terapia ocupacional
- d) fonoaudiologia
- e) psicologia
- f) assistência social

III - Instalações e equipamentos adequados ao tipo de deficiência a atender.

Art. 13 - Os casos omissos são resolvidos pelo Chefe do Departamento de Educação Especial, da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa dispor e regulamentar a Educação Especial em nosso Estado, definindo a adaptação escolar, garantia de atendimento em escolas da rede regular de ensino, visando não só a integração social para aqueles alunos que têm condições de frequentar ensino regular, procurando ainda diminuir as dificuldades do desenvolvimento no seu relacionamento social.

Quanto a criança com altas habilidades, esta proposição visa garantir o desenvolvimento, quanto a sua precocidade, aproveitando e propiciando condições para o seu pleno desenvolvimento precoce.

O presente projeto nada mais é do que garantir em Lei o direito do portador de deficiência no seu desenvolvimento global de acordo com a sua deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 193/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatal - APOFILAB, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

APOFILAB - Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatal de Cascavel é uma entidade que tem como principal finalidade atender as necessidades básicas de reabilitação das pessoas portadoras de fissura lábio-palatal. É ainda mantenedora do Centro Especializado para pessoas portadoras de má formação crânio-faciais e distúrbios da comunicação e da aprendizagem associados às lesões lábio-palatais - Centrinho Claudemir Conhaque, que possui hoje 150 pessoas cadastradas recebendo atendimento em algumas ou em todas as áreas do tratamento reabilitador.

O tratamento reabilitador completo que a Associação oferece é de longa duração (15 anos), exigindo a atuação de equipe multidisciplinar desde o 1º dia de vida até o final, já na idade adulta. Logo após o nascimento do bebê fissurado a família recebe orientação sobre os primeiros cuidados com o recém-nascido, as etapas do tratamento e apoio psicológico, tendo em vista o nascimento de um filho portador desta anomalia é sempre motivo de choque para os pais que esperam um filho perfeito.

É de fato um trabalho que merece ser enaltecido por esta Casa de Leis, com a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 194/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica determinado que nas desocupações de áreas urbanas ou rurais, decorrentes de decisões judiciais que concedem reintegração de posse aos proprietários, é obrigatória a presença de um representante do Ministério Público Estadual.

Parágrafo Único - As áreas referidas são as ocupadas coletivamente, por grupos de duas ou mais famílias, com finalidade de moradia ou produção.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Os lamentáveis episódios ocorridos recentemente em nosso País, resultantes de conflitos de terra, como os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, revelam que o confronto entre policiais militares e trabalhadores sem-terra podem produzir acontecimentos dramáticos e desastrosos.

A complexa questão agrária brasileira agrava-se ainda mais com a ocorrência de episódios como os citados. As desocupações pacíficas, se não resolvem o problema mais de fundo, ou seja, a reforma agrária, impõem-se como uma necessidade imperiosa para evitarmos que os conflitos degenerem em processos mais graves.

O presente projeto de lei, determinando a presença de um representante do Ministério Público Estadual nas desocupações de áreas urbanas ou rurais, decorrentes de decisões judiciais que concedem reintegração de posse aos proprietários, é uma contribuição no sentido de criar-se mecanismos preventivos e coibitivos de abusos resultantes do encaminhamento dos procedimentos legais.

A inclusão na proposição das áreas urbanas decorre do fato de existirem ocupações nas cidades por famílias que não tem onde morar. A crise na agricultura, expulsando o trabalhador do campo, aumenta estes episódios nos centros urbanos.

O art. 127 da Constituição Federal atribui ao Ministério Público o papel de defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais. Sua presença em áreas de conflito garante a ação de um agente fiscalizador, funcionando como ponto de equilíbrio e parte capacitada a realizar uma análise imparcial dos acontecimentos, atuando como mediador e elemento de coerção para evitar eventuais abusos.

Dado o alcance social da medida que propomos, atual frente a acontecimentos que se dão, cotidianamente no Brasil, inclusive e de forma constante, no Paraná, confiamos poder contar com o inestimável apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 195/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Cultural e Científico Brasil-Japão, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, o Instituto Cultural e

Científico Brasil-Japão, tem por objetivo desenvolver atividades ligadas à cultura, à beneficência, ao ensino e à pesquisa, fomentando as relações das nações irmãs, Brasil e Japão, através de promoções e intercâmbios culturais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 196/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar catadióptricos (também conhecido como "tacha refletiva" ou "olho de gato") nas rodovias com tráfego intenso e nos pontos críticos das demais que estejam em território paranaense.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A implantação do catadióptrico (olho de gato), tem por objetivo melhorar a sinalização horizontal, conseqüentemente proporcionar mais segurança nas estradas com grande intensidade do tráfego e naqueles locais críticos, onde ocorre acidentes com frequência. Com a implantação dos "olhos de gato" a meta é diminuir os riscos de acidentes principalmente à noite, com chuva ou neblina.

PROJETO DE LEI N° 197/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Central Única da Terceira Idade no Estado do Paraná - CUTIPAR, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Central Única da Terceira Idade no Estado do Paraná - CUTIPAR, com sede na Cidade de Curitiba, à Alameda Carlos de Carvalho, 149 - 5° andar, fundada em 1° de maio de 1995, com o objetivo de unificar e coordenar as reivindicações do cidadão da terceira idade, que não são atendidos pelos órgãos públicos.

A CUTIPAR teve seu registro no 1° Cartório Civil de Pessoas Jurídicas de Registro de Títulos e Documentos - José Mendes

Camargo - em dia 24 de maio de 1995, sob o número 14490 do livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e inscrição no CGC do Ministério da Fazenda sob o número 00.622.341/0001-07.

Esta entidade em sua breve história já desenvolveu diversas atividades em prol dos cidadãos da terceira idade, no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades emergenciais como atendimento a saúde e alimentação e na organização política para reivindicar dos órgãos públicos suas propostas.

Assim sendo, entendemos ser esta entidade merecedora dos aplausos desta Casa de Leis, transmitida nesta oportunidade através da aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA- (Lê) -

TURISMO NO PARANÁ

A cada ano que passa o turismo vem se consolidando como fator de desenvolvimento sócio-econômico-cultural, capaz de gerar empregos e divisas, redistribuir a renda e contribuir para preservação do patrimônio natural e histórico-cultural dos núcleos receptores.

Hoje, o Paraná recebe um fluxo anual de aproximadamente 3,8 milhões de visitantes, acarretando com que o turismo tenha uma participação no PIB de R\$ 2,15 bilhões, e que alcance um percentual de 9,04% do total do Estado.

Os investimentos das empresas turísticas - transportadoras, meios de hospedagem, agências de turismo, organizadoras de eventos, restaurantes, locais de entretenimento e diversão, vem apresentando um constante crescimento, fazendo com que em 1995 alcançassem U\$ 98,6 milhões.

Aqui, os visitantes encontram natureza e história no litoral; progresso e humanismo em sua Capital; mistério e tranquilidade em Vila Velha; expansão e agropecuária no norte e sudoeste; e as empolgantes Cataratas e o gigantismo de Itaipu em Foz do Iguaçu.

E esta diversidade de paisagens, aliada à fertilidade de seu solo, aos usos e costumes e às características de sua gente, fazem do Paraná um estado sui-generis e o colocam em privilegiada situação no cenário turístico nacional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa, em nome da Casa, realiza na próxima sexta-feira, dia 24 de maio o 1°

Encontro Paranaense de Turismo e Desenvolvimento.

Temos a presença confirmada do Presidente da EMBRATUR, Caio Luiz de Carvalho; do Secretário de Turismo Silvio Magalhães Barros e técnicos do ENDES que, falarão sobre os incentivos oficiais a nível de Governo Federal para esta importante atividade.

Gostaria de frisar, a importância deste evento que está sendo promovido por esta Casa, para que, se somassem aos órgãos governamentais ao "trade" turístico convidando todos os Parlamentares do Estado do Paraná; empresários, entidades ligadas ao setor, municípios de convocação turística, todos, discutindo este importante assunto, discutindo as potencialidades do turismo no Estado do Paraná, como fator de desenvolvimento, como fator de geração de empregos e impostos aqui no Estado.

As propostas apresentadas neste evento serão propostas incorporadas, assimiladas pelo evento e, serão encaminhadas para providências posteriores.

Projetos de leis, por exemplo, sugestões ao Poder Executivo, sugestões, no sentido de haver uma aproximação entre a iniciativa privada e Poder Público para fazermos com que o turismo, que é a única indústria que cresce efetivamente no mundo, no Brasil e no Paraná, o turismo que gera bilhões de dólares em riquezas no Brasil, trilhões de dólares no mundo, seja efetivamente tratado com competência, com profissionalismo e encarado como indústria sem chaminé para promover o progresso e o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, ratifico aqui o convite a todos os Parlamentares desta Casa para que na Sexta-feira, dia 24 se façam presentes neste importante evento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, PFL, PTB, PSDB.

Com a palavra o Deputado Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Apenas para fazer um breve comunicado a esta Mesa.

Hoje, às 10:00 horas da manhã, estive reunidos na Sala das Comissões, o Deputado Augustinho Zucchi, o Deputado Valdir Rossoni e o Deputado Algaci Túlio com representantes dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Estavam presentes o SINDI-SIAB, representantes do fórum dos servidores públicos do Estado e, depois de uma longa exposição a respeito dos problemas salariais e do quadro de planos de cargos e salários dos servidores públicos do Estado, ficou acer-

tado e o Deputado Algaci Túlio está fazendo os entendimentos para que na próxima 5.^a feira, a primeira reunião entre os servidores públicos do Estado, os Deputados que constituem esta Comissão com o Chefe da Casa Civil, Secretário Giovane Gionedis e representantes da Secretaria de Administração.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PTB, PDT, Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem tivemos um momento importante na história do Estado do Paraná, num novo momento que vive este Estado quando o Governador Jaime Lerner reunindo Prefeitos de todos os Partidos políticos, dos 371 Municípios do Estado que vieram até o Palácio Iguaçu para assinatura do Convênio do Programa Paraná Urbano.

Esta Casa, é bom salientar, o Governador ontem deu uma ênfase toda especial à Assembléia Legislativa quando reconheceu o trabalho feito pelos 54 Parlamentares que independente de cor partidária todos sentiram a importância do projeto, o avanço que o "Paraná Urbano" daria aos Municípios do Paraná e num prazo record nós aqui aprovamos três importantes autorizações ao Governo do Estado para que pudesse evidentemente fazer os empréstimos internacionais.

"Paraná Urbano", "Paraná 12 Meses", "Programa de Saneamento Ambiental". E ontem tivemos portanto esta assinatura do "Paraná Urbano", um dos projetos mais importantes da história do Estado do Paraná.

E pudemos sentir ontem a satisfação dos Senhores Prefeitos que vieram ao Palácio Iguaçu para participar do evento, para assinar o convênio.

As 18 associações e Prefeitos representadas, com seus Presidentes, assinando, acompanhando, ouvindo atentamente as colocações do Governador Jaime Lerner.

Acho que passamos a viver desde ontem, um novo momento, um grande momento no Estado do Paraná quando evidentemente começa a se liberar este financiamento.

E disse bem o Prefeito de Apucarana, que lamentava que este financiamento, este investimento estivesse chegando um pouco tarde, no apagar das luzes dos Prefeitos que atualmente ocupam as suas Prefeituras.

Evidentemente ele dava a entender que o Governo fez todo o possível e esta Casa também colaborou para que este Projeto todo se viabilizasse o mais rápido possível. Tivemos alguns problemas a nível de Senado Federal, mas superado graças a atuação dos Senadores Luiz Alberto Martins de Oliveira, o Senador Osmar Dias e no último

instante até do ex-Governador e Senador Roberto Requião que também assinou, votou favorável ao empréstimo, via internacional.

Os Deputados Federais também tiveram suas participações, os Senhores Prefeitos deram suas contribuições, as suas colaborações e pudemos ver ontem, Senhor Presidente, um grande momento no Estado do Paraná.

Tomara Deus, que agora os outros empréstimos também tenham a mesma rapidez com que teve o "Paraná Urbano", que possamos dentro de alguns dias já anunciar o "Paraná 12 Meses", que possamos anunciar o "Projeto de Saneamento Ambiental", para um atendimento global aos municípios do nosso Estado do Paraná.

Faço aqui, registro as palavras do Prefeito de Apucarana, do Prefeito que também saudou em nome de todos os Municípios, quando lamentava que eles não poderiam ficar, gostariam de poder ficar juntamente com este Governo durante mais dois anos.

Sempre fui favorável que se vencida a questão da reeleição para Prefeitos, se achasse pelo menos uma compensação, que fosse dada aos Senhores prefeitos mais dois anos aí, para que pudesse evidentemente recuperar o período, porque foram Prefeitos que passaram por dois Presidentes da República, por três Governadores e estão enfrentando a dificuldade de um "Plano Real" que tem que ser mantido, mas que está custando muito caro aos Prefeitos do interior, não só do Paraná, mas de todo o Brasil.

Venho portanto, Senhor Presidente, ao mesmo tempo dizer da satisfação de vermos ontem assumindo o Governo do Estado, o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, a satisfação de podermos ver ontem o sorriso, a satisfação dos Prefeitos em poder ver, que está se viabilizando agora o entendimento, está se viabilizando o financiamento, empréstimo, enfim, aquelas obras que os municípios realmente necessitavam.

Lógico que demos um grande avanço e o Governador Jaime Lerner foi a Washington, amanhã assina oficialmente "O Paraná Urbano", e com isso já está sacramentado o projeto de fundamental importância para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 223/96, subscrito pelo Sr. Presidente Anibal

Khury, constante do expediente, comunicando que no período de 20 a 31 do corrente mês, assumirá o Governo do Estado, em função de viagem do Sr. Governador aos Estados Unidos da América, motivo pelo qual, passo a Vossa Excelência o exercício desta Presidência. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/95 de autoria do Deputado Sâmis da Silva que autoriza o Poder Executivo a instalar, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, uma Delegacia especializada de furtos e roubos no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S. P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública o Instituto Cristão, com sede e foro no Município

de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/96 de autoria do Deputado Emerson Neroni que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio à Pastoral da Criança - AMAPAC, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 148/96 de autoria do Deputado Nelson Garcia que declara de Utilidade Pública o Instituto de Profissionalização da Criança e do Adolescente Dom Bosco, no Município de Xambrê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 070/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Manoel Romão Netto, com sede em Porto Rico. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 18, de 19.03.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 70/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Walmor Trentini tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Manoel Romão Netto de Porto Rico.

Da análise do referido projeto de lei, observamos preencher todos os requisitos da Lei n° 6994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
IRONDI PUGLIESI - Relatora

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 089/96 de autoria do Deputado Ricardo Chab que declara de Utilidade Pública a Associação Desafio Jovem Vidas para Cristo, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 23 de 26.03.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 089/96

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 089/96, subscrito pelo douto parlamentar Ricardo Chab, tem por objetivo a Declaração de Utilidade Pública da Associação Desafio Jovem Vidas para Cristo, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Procedida a análise da documentação, esta Comissão entendeu que a mesma atende as exigências da Lei n° 6.994 com as alterações da Lei n° 8.589 e não encontrou qualquer óbice legal à sua tramitação normal.

Sob essa ótica, este Relator vem emitir o parecer favorável desta comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 094/96 de autoria do Deputado César Seleme que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Verê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 25, de 27.03.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 094/96

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado César Seleme, visa declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Verê.

FUNDAMENTAÇÃO

Tal propositura foi submetida a análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, onde verificou-se estarem cumpridos todos os requisitos exigidos pela Lei n° 6.994 com as alterações da Lei n° 8.589, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSI - Relator

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 116/96 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado. Dispõe sobre a criação do sistema, organização, composição e competência dos juizados especiais cíveis e criminais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI N° 116/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA

Art. 1° - Fica criado, no âmbito do Poder Judiciário, o Sistema Estadual de Juizados Especiais.

Art. 2° - Integram o Sistema Estadual de Juizados Especiais:

- I - O Conselho de Supervisão;
- II - Os Juizados Especiais Cíveis;
- III - Os Juizados Especiais Criminais;
- IV - As Turmas Recursais Cíveis;
- V - As Turmas Recursais Criminais.

Art. 3° - Os Juizados Especiais constituem-se em unidades jurisdicionais, com a estrutura prevista nesta lei:

CAPÍTULO II
DO CONSELHO DE SUPERVISÃOSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4° - Compõem o Conselho de Supervisão:

- I - O Presidente do Tribunal de Justiça;
- II - O vice-Presidente do Tribunal de Justiça;
- III - O Corregedor Geral da Justiça;
- IV - O Juiz Diretor do Primeiro Juizado Especial Cível da Capital;
- V - O Juiz Diretor do Primeiro Juizado Especial Criminal da Capital;
- VI - Um Representante da Primeira Turma Recursal Cível da Capital;
- VII - Um Representante da Primeira Turma Recursal Criminal da Capital

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 5° - Ao Conselho de Supervisão compete planejar, supervisionar e orientar, no plano administrativo, a instalação e o funcionamento dos Juizados Especiais.

CAPÍTULO III
DOS JUIZADOS ESPECIAISSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 6° - A unidade jurisdicional dos Juizados Especiais será composta de:

- I - Juiz de Direito ou Substituto;
- II - Juizes Leigos;
- III - Conciliadores.

Art. 7° - Os Juizados Especiais serão presididos por Juizes de Direito ou Juizes Substitutos integrantes da carreira da magistratura.

Art. 8° - O Conselho de Supervisão estabelecerá o número de Juizes Leigos e Conciliadores que atuarão nas unidades jurisdicionais, de acordo com a necessidade das mesmas.

§ 1° - Os Juizes Leigos e Conciliadores serão, por indicação do Juiz em exercício nos respectivos Juizados, designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça por prazo certo.

§ 2° - Aplicam-se os efeitos da Lei Estadual n° 11.051/95 aos Juizes Leigos e Conciliadores.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Art. 9° - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- I - As de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo;
- II - As enumeradas no artigo 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
- III - As ações de despejo para uso próprio;
- IV - As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1° - Compete ao Juizado Especial Cível promover a execução:

- I - Dos seus julgados;
- II - Dos títulos executivos extrajudiciais de valor até 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1° do art. 8°, da Lei n° 9.099/95.

§ 2° - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial Cível as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, assim como as relativas a acidente do trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3° - A opção pelo procedimento previsto no Capítulo II da Lei n° 9.099/95 importará em renúncia ao crédito que exceder ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Art. 10 - O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, processo e julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas:

- I - Os crimes a que a lei comine pena

máxima não superior a um ano, executados os que a lei preveja procedimento especial;

II - As contravenções penais.

Parágrafo Único - Compete ao Juizado Especial Criminal promover a execução dos seus julgados.

CAPÍTULO IV DAS TURMAS RECURSAIS

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 11 - Cada Turma Recursal Cível e Criminal será composta de 3 (três) Juizes de Direito e respectivos suplentes, em exercício no primeiro grau de jurisdição.

§ 1º - A Turma Recursal será presidida pelo Juiz mais antigo na entrância dentre os seus componentes.

§ 2º - As funções administrativas e de chefia junto a cada uma das Turmas Recursais serão exercidas por Secretário, atendidas as condições previstas no art. 27.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 12 - Incumbe às Turmas Recursais julgar, em grau de recurso, as causas de competência dos Juizados Especiais enumeradas nesta lei.

SEÇÃO III DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 13 - A organização e funcionamento das Turmas Recursais serão objeto de Resolução do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO V DO FUNDO PARA OS JUIZADOS ESPECIAIS

Art. 14 - Fica instituído o Fundo Estadual para os Juizados Especiais - FUNEJE com a finalidade de arrecadar recursos financeiros destinados a custear despesas com a instalação, o aparelhamento, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos Juizados Especiais.

Parágrafo Único - Não serão admitidas, por conta da FUNEJE, despesas com folha de pagamento e seus encargos.

Art. 15 - Constituem receitas do Fundo Estadual para os Juizados Especiais - FUNEJE:

I - As custas decorrentes da Tabela I (Dos Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada) da Lei nº 6.149/70 com as alterações da Lei nº 7.567/82;

II - As custas decorrentes da aplicação do artigo 55 da Lei Federal nº 9.099/95;

III - O saldo financeiro resultante da execução extra-orçamentária do Poder Judiciário;

IV - O resultado de aplicações financeiras;

V - Outras receitas eventuais.

Art. 16 - O Fundo será gerido pelo Tribunal de Justiça com a receita e despesa contabilizadas pelo seu Departamento Econômico e Financeiro.

Art. 17 - Os recursos do FUNEJE serão recolhidos em conta especial de estabelecimento bancário oficial.

Art. 18 - Os bens adquiridos com recursos do FUNEJE serão incorporados ao patrimônio do Estado do Paraná, em nome do Tribunal de Justiça.

Art. 19 - Aplica-se, no que couber, à administração financeira do FUNEJE, o disposto na Lei Federal nº 4.320/74 e na legislação pertinente a contratos e licitações.

Art. 20 - O Presidente do Tribunal de Justiça expedirá instruções normativas, relativas à organização, estrutura e funcionamento do FUNEJE, bem como aos procedimentos para arrecadação de suas receitas.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 21 - Os atuais Juizados de Pequenas Causas e Turmas Recursais ficam transformados em Juizados Especiais Cíveis e respectivas Turmas Recursais.

Art. 22 - Enquanto não instalados os Juizados Especiais, compete aos Juizes Cíveis e Criminais designados e nas respectivas áreas de atuação a matéria a eles atribuída pela Lei nº 9.099/95.

Art. 23 - Os processos em curso nas Varas Cíveis não poderão ser remetidos ao respectivo Juizado Especial, ainda que com anuência das partes.

Art. 24 - Não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada as disposições da Lei nº 9.099/95.

Art. 25 - As demais normas necessárias a instalação e funcionamento dos Juizados Especiais serão objeto de Resolução do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Ficam criados os seguintes cargos:

I - 26 (vinte e seis) cargos de Juiz de Direito de entrância final;

II - 41 (quarenta e um) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária;

III - 5 (cinco) cargos de Juiz de Direito de entrância inicial;

IV - 1 (um) cargo de Secretário do Conselho de Supervisão, referência PJ I - nível 1;

V - 13 (treze) cargos de Secretário de Turmas Recursais de entrância final, referência PJ I - nível 1;

VI - 25 (vinte e cinco) cargos de Secretário de Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I - nível 1;

VII - 28 (vinte e oito) cargos de Secretário de Juizados Especiais de entrância intermediária, referência PJ I - nível 2;

VIII - 51 (cinquenta e um) cargos de Secretário de Juizados Especiais de entrância intermediária, referência PJ I - nível 2;

IX - 5 (cinco) cargos de Secretário de Juizados Especiais de entrância inicial, referência PJ I - nível 3;

X - 50 (cinquenta) cargos de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 4;

XI - 87 (oitenta e sete) cargos de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais de entrância intermediária, referência PJ I, nível 5;

XII - 49 (quarenta e nove) cargos de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6;

XIII - 82 (oitenta e dois) cargos de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância intermediária, referência PJ I, nível 7.

Art. 27 - O cargo de Escrivão de entrância final, criado pela Lei Estadual nº 8.280/86, em seu artigo 36, fica transformado no cargo de Secretário dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 1.

Art. 28 - O cargo de Auxiliar de Cartório de entrância final, criado pela Lei Estadual nº 8.280/86, em seu artigo 36, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6.

Art. 29 - Os 02 (dois) cargos de Oficial de Justiça de entrância final, criado pela Lei Estadual nº 8.280/86, em seu artigo 36, ficam transformados em dois cargos de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 4.

Art. 30 - Os 05 (cinco) cargos de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas para as Comarcas de Campo Largo, Castro, Guairá, Piraquara e Rio Branco do Sul, criados pela Lei Estadual nº 8.623/87, em seu artigo 249, ficam transformados em 05 (cinco) cargos de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância intermediária, referência PJ I, nível 7.

Art. 31 - O cargo de Auxiliar de Cartório Especial de Pequenas Causas, criado pela Lei Estadual nº 8.623/87, em seu artigo 254, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6.

Art. 32 - O cargo de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas, criado pela Lei Estadual nº 8.623/87, em seu artigo 255, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6.

Art. 33 - Os cargos de Secretário dos Juizados Especiais correspondem ao de Escrivão e deverão ser preenchidos por Bacharel em Direito admitido pela forma legal.

Art. 34 - Para o provimento dos cargos de Auxiliar de Cartório e Oficial de Justiça das entrâncias final e intermediária de que trata a presente lei, será requisito o certificado de conclusão do segundo grau.

Art. 35 - Os servidores que ocuparem os cargos criados nesta Lei não poderão, a qualquer título, ser lotados ou designados em outra unidade administrativa.

Art. 36 - Os feitos apresentados perante os Juizados Especiais serão anotados no distribuidor respectivo da Comarca.

Parágrafo Único - Em matéria criminal será observado o disposto nos § 4º e 6º, do Art. 76, da Lei Federal nº 9.099/95.

Art. 37 - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário e das provenientes do Fundo Estadual para os Juizados Especiais - FUNEJE.

Parágrafo Único - Para o exercício financeiro de 1996, fica o Poder Executivo autorizado a indicar recursos orçamentários e financeiros para cobertura de um crédito adicional no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) ao Poder Judiciário.

Art. 38 - A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.96.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 116/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça tem por objetivo dispor sobre a criação do sistema, organização, composição e competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 116/96

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Justiça, o presente Projeto dispõe sobre a criação do sistema, organização, composição e competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável em relação a sua legalidade e constitucionalidade.

Tendo esta Comissão de Finanças o mesmo entendimento que a Comissão de Constituição e Justiça e dado ao procedimento de sua análise, só encontramos aspectos meritórios, os quais nos convencem plenamente da importância da medida, através dos objetivos apresentados.

Pelo exposto acima, este Relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei Complementar na forma da Emenda Substitutiva Geral que apresentamos em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 116/96

CAPÍTULO I

Da Criação e Estrutura do Sistema

Art. 1° - Fica criado, no âmbito do Poder Judiciário, o Sistema Estadual de Juizados Especiais.

Art. 2° - Integram o Sistema Estadual de Juizados Especiais:

I - O Conselho de Supervisão;

II - Os Juizados Especiais Cíveis;

III - Os Juizados Especiais Criminais;

IV - As Turmas Recursais Cíveis;

V - As Turmas Recursais Criminais.

Art. 3° - Os Juizados Especiais constituem-se em unidades jurisdicionais, com a estrutura prevista nesta lei:

CAPÍTULO II

Do Conselho de Supervisão

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 4° - Compõem o Conselho de Supervisão:

I - O Presidente do Tribunal de Justiça;

II - O vice-Presidente do Tribunal de Justiça;

III - O Corregedor Geral de Justiça;

IV - Um Juiz Diretor do Juizado Especial Cível da Capital;

V - O Juiz Diretor do Juizado Especial Criminal da Capital;

VI - Um Representante da Turma Recursal Cível da Capital;

VII - Um Representante da Turma Recursal Criminal da Capital

Parágrafo Único - Os membros relacionados nos incisos IV a VII serão indicados pelo Conselho da Magistratura.

SEÇÃO II

Da Competência

Art. 5° - Ao Conselho de Supervisão compete planejar e supervisionar no plano administrativo, a instalação e o funcionamento dos Juizados Especiais, sem prejuízo da competência da Corregedoria Geral de Justiça.

CAPÍTULO III

Dos Juizados Especiais

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 6° - A unidade jurisdicional dos Juizados Especiais será composta de:

I - Juiz de Direito;

II - Juizes Leigos

III - Conciliadores.

Art. 7° - Os Juizados Especiais serão presididos por Juizes de Direito integrantes da carreira da magistratura.

Art. 8° - O Conselho de Supervisão estabelecerá o número de Juizes Leigos e

Conciliadores que atuarão nas unidades jurisdicionais, de acordo com a necessidade das mesmas.

§ 1º - Os Juizes Leigos e Conciliadores serão, por indicação do Juiz em exercício nos respectivos Juizados, designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça por prazo certo.

§ 2º - Aplicam-se os efeitos da Lei Estadual nº 11.051/95 aos Juizes Leigos e Conciliadores.

§ 3º - As atividades dos Juizes Leigos e dos Conciliadores, serão consideradas serviço público relevante e, ainda, título para provimento de cargos do poder Judiciário e dos órgãos que exerça, funções essenciais à Justiça.

SEÇÃO II

Da Competência do Juizado Especial Cível

Art. 9º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - As de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo;

II - As enumeradas no artigo 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - As ações de despejo para uso próprio;

IV - As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º - Compete ao Juizado Especial Cível promover a execução:

I - Dos seus julgados;

II - Dos títulos executivos extrajudiciais de valor até 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º, da Lei nº 9.099/95.

§ 2º - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial Cível as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, assim como as relativas a acidente do trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º - A opção pelo procedimento previsto no § 3º do artigo 3º da Lei nº 9.099/95 importará em renúncia ao crédito que exceder ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

§ 4º - A opção pelos Juizados Especiais Cíveis é do autor da ação.

SEÇÃO III

Da Competência do Juizado Especial Criminal

Art. 10 - O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, processo e julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas:

I - Os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os que a lei preveja procedimento especial;

II - As contravenções penais.

Parágrafo Único - Compete ao Juizado Especial Criminal promover a execução dos seus julgados.

CAPÍTULO II

Das Turmas Recursais

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 11 - Cada Turma Recursal Cível e Criminal será composta de 3 (três) Juizes de Direito e 1 (um) Juiz de Direito Suplente, em exercício no primeiro grau de jurisdição.

§ 1º - A Turma Recursal será presidida pelo Juiz mais antigo dentre os seus componentes.

§ 2º - As funções administrativas e de chefia junto a cada uma das Turmas Recursais serão exercidas por Secretário, atendidas as condições previstas no art. 26 desta Lei.

SEÇÃO II

Da Competência

Art. 12 - Incumbe às Turmas Recursais julgar, em grau de recurso, as causas de competência dos Juizados Especiais enumeradas nesta lei.

SEÇÃO III

Da Organização e Funcionamento

Art. 13 - A organização e funcionamento das Turmas Recursais serão objeto de Resolução do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - O Conselho da Magistratura poderá autorizar, observadas as peculiaridades locais, o funcionamento dos órgãos de que trata esta Lei fora do dia e o horário forense fixados pela Organização Judiciária.

CAPÍTULO V

Das Disposições Transitórias

Art. 14 - Os atuais Juizados de Pequenas Causas e Turmas Recursais ficam transformados em Juizados Especiais Cíveis e respectivas Turmas Recursais.

Art. 15 - Enquanto não instalados os Juizados Especiais, compete aos Juizes Cí-

veis e Criminais designados e nas respectivas áreas de atuação a matéria a eles atribuída pela Lei nº 9.099/95.

Art. 16 - Os processos em curso nas Varas Cíveis não poderão ser remetidos ao respectivo Juizado Especial, ainda que com anuência das partes.

Art. 17 - Não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada as disposições processuais da Lei nº 9.099/95.

Art. 18 - As demais normas necessárias a instalação e funcionamento dos Juizados Especiais serão objeto de Resolução do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO VI Das Disposições Finais

Art. 19 - Ficam criados os seguintes cargos:

I - 26 (vinte e seis) cargos de Juiz de Direito de entrância final, sendo 12 (doze) cargos para a Comarca de Curitiba, 5 (cinco) cargos para a Comarca de Londrina, 3 (três) cargos para a Comarca de Maringá, 2 (dois) cargos para a Comarca de Cascavel, 2 (dois) cargos para a Comarca de Ponta Grossa e 2 (dois) cargos para a Comarca de Foz do Iguaçu;

II - 1 (um) cargo de Secretário do Conselho de Supervisão, referência PJ I-nível 1;

III - 10 (dez) cargos de Secretário de Turmas Recursais de entrância final, referência PJ I - nível 1;

IV - 25 (vinte e cinco) cargos de Secretário de Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I - nível 1;

V - 14 (quatorze) cargos de Secretário de Turmas Recursais de entrância intermediária, referência PJ I - nível 2;

VI - 24 (vinte e quatro) cargos de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I - nível 4;

VII - 23 (vinte e três) cargos de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I - nível 6.

Art. 20 - O cargo de Escrivão de entrância final, criado pela Lei Estadual nº 8.280/86, em seu artigo 36, fica transformado no cargo de Secretário dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 1.

Art. 21 - O cargo de Auxiliar de Cartório de entrância final, criado pela Lei Estadual nº 8.280/86, em seu artigo 36, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrân-

cia final, referência PJ I, nível 6.

Art. 22 - Os 02 (dois) cargos de Oficial de Justiça de entrância final, criado pela Lei Estadual nº 8.280/86, em seu artigo 36, ficam transformados em dois cargos de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 4.

Art. 23 - Os 05 (cinco) cargos de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas para as Comarcas de Campo Largo, Castro, Guaíra, Piraquara e Rio Branco do Sul, criados pela Lei Estadual nº 8.623/87, em seu artigo 249, ficam transformados em 05 (cinco) cargos de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância intermediária, referência PJ I, nível 7.

Art. 24 - O cargo de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas, criado pela Lei Estadual nº 8.623/87, em seu artigo 254, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6.

Art. 25 - O cargo de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas, criado pela Lei Estadual nº 8.623/87, em seu artigo 255, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6.

Art. 26 - Os cargos de Secretário dos Juizados Especiais correspondem ao de Escrivão e deverão ser preenchidos por Bacharel em Direito admitido pela forma legal.

Art. 27 - Para o provimento dos cargos de Auxiliar de Cartório e Oficial de Justiça da entrância final de que trata a presente lei, será requisitado o certificado de conclusão do segundo grau.

Art. 28 - Os servidores que ocuparem os cargos criados nesta Lei não poderão, a qualquer título, ser lotados ou designados em outra unidade administrativa.

Art. 29 - Os feitos apresentados perante os Juizados Especiais serão anotados no distribuidor respectivo da Comarca.

Parágrafo Único - Em matéria criminal será observado o disposto nos §§ 4º e 5º, do Art. 76 da Lei Federal nº 9.099/95.

Art. 30 - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Parágrafo Único - Para o exercício fi-

nanceiro de 1996, fica o Poder Executivo autorizado a indicar recursos orçamentários e financeiros para cobertura de um crédito adicional no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ao Poder Judiciário.

Art. 31 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

Apoiamento: Doutor Rosinha

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMEO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, apenas colocando a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com relação ao Projeto nº 116/96, que existe uma preocupação quanto ao número de cargos, Senhor Presidente.

O Estado passa como todos os Estados brasileiros essa dificuldade, e todos os Projetos do Tribunal de Justiça não têm sido questionados por essa Assembléia, porque partimos do princípio que são sem problemas, que estão dentro do orçamento. Votaremos na 1ª discussão favoravelmente ao projeto, com duas preocupações básicas:

1º - Com relação ao número de cargos, porque temos informações do Rio Grande do Sul, Senhores Deputados, que lá foram criados Juizados de Pequenas Causas e não foi criado nenhum cargo a mais.

2º - Queremos, que ao mesmo tempo que estão sendo criados cargos para a justiça, seja criado também para o Ministério Público, porque não adianta nada termos um Juizado ágil, eficiente do ponto de vista dos Juizes, se o Ministério Público não tiver a mesma agilidade, a mesma eficácia. São as duas preocupações.

Parece-me que tem um substitutivo que deveremos votar amanhã, e que deverá atender ao nosso anseio, e por conta disso também deveremos votar favorável a esse projeto.

Muito obrigado!

Era só, Senhor Presidente.

O SR. JOEL COIMBRA (Para Encaminhar) - A

preocupação levantada pelo nobre Deputado Colombo, ela é justa e tem razão de ser. Afinal de contas, todos temos que criar condições para proporcionar ao povo uma justiça eficiente, barata e rápida, mas ao mesmo tempo temos o dever de zelar pelas finanças do Estado.

No caso presente, houve uma discussão, esses casos foram reduzidos em níveis aceitáveis. Podemos dizer que a redução ocorreu no limite necessário ao funcionamento desses Juizados. Diante disso, pensamos que podemos ficar com a consciência

aliviada, em função de que dar ao Judiciário a estrutura que ele precisa cuidando também de zelar pela estrutura financeira do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o encaminhamento. **Aprovado.**

Com a ressalva feita pelo Deputado Colombo.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/96 de autoria do Deputado Geraldo Cartário que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Sul do Capão Raso, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 52, de 29.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 153/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores Sul do Capão Raso em Curitiba.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 071, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RICARDO CHAB - Gostaria só de explicar aos demais colegas desta Casa o motivo do envio desse expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado. É que tramita aqui nesta Casa um projeto de minha autoria, que reduz a multa na prestação do serviço público. Hoje as multas estão na ordem de 10%. Estou pedindo que a multa seja cobrada diariamente, de 0,25% em até oito dias, o que dá no máximo 2%.

Então além desta discussão, estou solicitando ao Governador do Estado, neste expediente, que reúna as associações de defesa do consumidor; que também estabeleça um contato com as associações comerciais no Estado do Paraná, com a FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, para que proponha também este acordo amigável. Visto que já temos este acordo amigável, Presidente, nos estados do Rio de Janeiro, em Santa Catarina. E, ontem, o governador do Rio Grande do Sul tomou uma

atitude digna realmente de elogio: baixou uma ordem de serviço para a empresa de água do Rio Grande do Sul; para a empresa que presta serviço de energia elétrica; e para a empresa de telefonia, que também a multa para o pagamento de atraso seja cobrada diariamente, porque é inconcebível no momento onde temos uma inflação, que não passa de 2%, jamais.

Meses que tivemos, neste ano, e no ano passado de deflação. De repente o consumidor tem que pagar 10% de multa, por um dia de atraso.

Estou pedindo o apoio desta Casa. Estou apenas solicitando que o Governador chame as entidades para uma conversa. Que estabeleçamos também o acordo de cavalheiros, que já com sucesso, outros estados conseguiram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimentos n.ºs 048 e 053, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 049 a 052, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 054 e 055, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 057, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 058, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 060 e 061, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 062, de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 063 a 066, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 070, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 073 a 078 e 086-B, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 079, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimentos n.ºs 080 e 081, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 082, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Oficie-se, na forma de apelo.

Requerimentos n.ºs 085 e 086, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 475/95, 070, 089, 094, 116 e 153/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 21 DE MAIO DE 1996.

"Nota Oficial, expedida pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná".

René Dotti tem solidariedade de empresários de comunicação.

Após o início das agressões públicas sofridas pelo jurista René Ariel Dotti, que culminaram com o atentado à sua casa no último final de semana, diversas têm sido as manifestações de apoio e solidariedade ao ex-Secretário de Cultura do Estado.

Na última sexta-feira, tal atitude partiu do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná, em nome dos empresários de comunicação.

Eis a íntegra da mensagem enviada ao renomado professor pelo presidente da entidade.

"Transmito em meu nome e da classe empresarial que represento, integral solidariedade ao ilustre e inatacável mestre pelas calúnias injustas que tem sido vitimado, partindo de pessoas inedôneas e que merecem o repúdio de toda sociedade. Com respeito e admiração".

Abdo Aref Kudri

Presidente

Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná

Ata das Comissões:**COMISSÃO DE FINANÇAS****13.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Albanor Gomes e Elio Rusch. A seguir o Senhor Presidente, coloca em votação as duas Atas das últimas reuniões, as quais foram aprovadas por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 388/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 017/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DEPUTADO DURVAL AMARAL

Presidente
WILSON PENKA
Secretário**COMISSÃO DE FINANÇAS****13.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Edno Guimarães, Duílio Genari, Albanor Gomes e Remy Borsato. A seguir o Senhor Presidente, coloca em votação a Ata da última reunião, a qual é aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 049/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 093/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 100/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 229/95, de autoria dos Deputados Florivaldo Fier, Emerson Nerone, Péricles de Mello, Angelo Vanhori e Cláudio Romanelli. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL com ressalvas da CCJ, APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 006/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Relator Deputado

tado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 052/96, de autoria do Deputado Elio Rusch. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 104/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 099/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Este Parecer foi lido pelo Deputado Edno Guimarães. 09) Projeto de Lei n° 051/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes. Relator Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Este Parecer também foi lido pelo Deputado Edno Guimarães. 10) Projeto de Lei n° 048/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 107/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 108/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Os pareceres destes três últimos Projetos foram lidos pelo Deputado Remy Borsato. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DEPUTADO DURVAL AMARAL

Presidente
WILSON PENKA
Secretário**COMISSÃO DE FINANÇAS****13.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Elio Rusch, Milton Pupio, Duílio Genari e Geraldo Cartário. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 282/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 046/95. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO conforme Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
13.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Milton Pupio, Geraldo Cartário e Albanor Gomes. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 071/95, de autoria dos Deputados Renato Adur e Anibal Khury. Relator Deputado Milton Pupio. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, na forma da Emenda Substitutiva Geral. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
WILSON PENKA
Secretário.

COMISSÃO PERMANENTE DE
FISCALIZAÇÃO
ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se a

Comissão Permanente de Fiscalização, às 16:30 horas na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Deputado Eduardo Trevisan e a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Florisvaldo Fier e Élio Risch. Havendo número legal o Sr. Presidente, declarou abertos os trabalhos, afirmando ainda, haver sido convocada uma reunião anterior, a qual foi suspensa por falta de quorum e que recebeu em plenário das mãos do Deputado Luiz Claudio Romanelli, requerimento, o qual terá o devido encaminhamento conforme artigo 33 do Regimento Interno desta Casa. O Deputado Florisvaldo Fier declarou da necessidade desta Comissão de reunir-se com mais frequência, inclusive dando a idéia de definir-se um calendário para reuniões semanais, ao que o Senhor Presidente respondeu que o motivo de ocorrer poucas reuniões é a falta de matéria para apreciação. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Deputado Eduardo Trevisan, Presidente da Comissão e por mim Vanessa Massaro, Secretária de Comissão.

(aa) EDUARDO TREVISAN
Presidente
Vanessa Massaro
Secretária da Comissão